

GUSTAVO FREDERICO LONGO

**“O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL DESDE A DÉCADA
DE 60 E A MELHORA DOS ANOS 90 – UMA LEITURA DE PONTOS DE VISTA
SELECIONADOS”**

SALVADOR

2002

GUSTAVO FREDERICO LONGO

O AUMENTO DAS DESIGUALDADES DE RENDA NO BRASIL DESDE A DÉCADA DE 60 E A MELHORA DOS ANOS 90 – UMA LEITURA DE PONTOS DE VISTA SELECIONADOS”

**Monografia apresentada no curso de
graduação da Faculdade de Economia da
Universidade Federal da Bahia**

**Orientador: Antônio Henrique P.
Silveira**

SALVADOR

2002

RESUMO

O Brasil apresentou desde a década de sessenta até o começo dos anos 90 uma trajetória regular de deterioração dos índices de distribuição de renda. O ano de 1994, significou uma leve mudança nesse processo. Esse trabalho procurou mostrar algumas teorias que explicaram a evolução das desigualdades de renda no país ao longo dos anos e a leve melhora no perfil distributivo a partir dos anos 90, segundo o índice de Gini.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	RAZÃO ENTRE A PROPORÇÃO DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS RICOS E OS 40% MAIS POBRES	10
TABELA 2	DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL 1960/99	13
TABELA 3	VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO 1960,70 e 80	15
TABELA 4	COMPARAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 1960/70	18
TABELA 5	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 1970-76	20
TABELA 6	ÍNDICE DE GINI 76/79	21
TABELA 7	DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR PERCENTIS 1983/89	24
TABELA 8	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE PREÇOS DE 1980/89	25
TABELA 9	TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB(EM %) 1980/89	26
TABELA 10	EVOLUÇÃO TEMPORAL DO NÚMERO DE POBRES NO BRASIL 1979/89	28
TABELA 11	EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES E CRESCIMENTO ECONÔMICO 1990/99(EM %)	29
TABELA 12	ÍNDICE DE GINI 1990/99	30
TABELA 13	INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES – 1995/99	35
TABELA 14	NÚMERO-ÍNDICE DO RENDIMENTO MÉDIO REAL POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO – 1991/99	38
TABELA 15	PROPORÇÃO DE SALÁRIOS IDÊNTICOS AO MÍNIMO OU MÚLTIPLOS INTEIROS DO MÍNIMO	41

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	GRAU DE DESIGUALDADE DE RENDA	12
GRÁFICO 2	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA RENDA DOMICILIAR PER- CÁPITA POR DÉCIMO 1990/98	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – UMA VISÃO GERAL	10
3	ANOS 60 E 70 – O PARADOXO	15
3.1	LANGONI	17
3.2	INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS	21
4	ANOS 80-ESTAGFLAÇÃO E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES	24
5	ANOS 90 – A DISCRETA MELHORA NO PERFIL DISTRIBUTIVO	29
5.1	PLANO REAL E A DISPERSÃO DE PREÇOS RELATIVOS	32
5.2	O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO DE 1995	39
6	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1 INTRODUÇÃO

Desde muito tempo que o Brasil se caracteriza por ser um país com um dos maiores graus de desigualdades na distribuição dos rendimentos. Essa desigualdade tem aumentado consistentemente ao longo do tempo. O tema sempre foi debatido no país, porém o assunto foi alvo de investigações sistemáticas somente a partir dos anos sessenta, quando passou a se dispor de dados mais completos. A discussão nos anos 60 e 70 pode ser encarada como o início do debate que se estende até hoje.

A hiperinflação dos anos oitenta, porém, “monopolizou” as atenções e a questão distributiva foi relegada a segundo plano. Por outro lado, o plano Real e a conseqüente estabilização dos preços na década seguinte levantaram a premente necessidade de se encarar a péssima distribuição de renda do país.

Sendo assim esse trabalho se propõe a explicar o aumento das desigualdades desde os anos 60 até a década de 90, observando alterações no meio da distribuição, segundo o índice de Gini e nos extremos, de acordo com proporções relativas de parcelas da distribuição. São também revisadas algumas idéias que foram levantadas sobre o tema ao longo do tempo, seja para esclarecer a acentuação desse processo ou explicar movimentos contrários em determinados períodos isolados. Ênfase é dada á discreta melhora no perfil distributivo iniciado a partir de 95, destacando entre as suas causas o Plano Real, que pos fim a hiperinflação brasileira que vinha corroendo de forma cruel os rendimentos dos mais pobres desde a década de oitenta e o aumento do salário mínimo a partir de 95, que elevou o mesmo de R\$ 70,00 para R\$ 100,00, correspondendo a um aumento de 43%.

Vale ressaltar que não é intenção desse trabalho quantificar a menor ou maior importância de cada um no processo de diminuição das desigualdades, e sim qualificar o impacto de cada um no mesmo.

Para realizar esse estudo esse trabalho foi dividido em 6 capítulos, além dessa introdução. O segundo capítulo situa o país no mundo, no que se refere à temática de distribuição de renda e esclarece como a mesma passou por um processo de deterioração desde os anos sessenta até os dias atuais.

O terceiro capítulo faz alusão às explicações teóricas que versam sobre o aumento das desigualdades nos anos sessenta e setenta, justamente por ser o marco inicial do debate sobre distribuição de renda no Brasil. O período acima pode ser caracterizado como um paradoxo. De 67 a 73 o país cresceu a taxas inéditas no mundo, porém nem mesmo essa fase de esplendoroso crescimento econômico foi capaz de permitir uma distribuição de renda mais eqüitativa. O censo demográfico do ano de 1970 deixava claro que o país era mais desigual que em 1960. Estava assim estabelecida a base para o debate. De um lado uma corrente acreditava que mesmo tendo havido uma concentração de renda no período, em nada essa concentração piorou o bem estar da sociedade. Langoni, que pode ser considerado o pioneiro nessa discussão, observou que o processo de concentração teria um caráter temporário e que o crescimento econômico do período beneficiou a todos. Porém, segundo uma outra vertente, comandada por Fishlow, houve uma modificação na estrutura da distribuição funcional de renda em favor dos lucros, derivada da compressão do salário mínimo, atingindo de forma direta as classes mais pobres.

O quarto capítulo explica como a hiperinflação dos anos 80 levou a uma piora considerável do perfil distributivo do país, e aumentou ainda mais à distância entre ricos e pobres. Iremos constatar que a mistura de estagnação econômica e hiperinflação foi extremamente cruel para as classes mais pobres e levou uma grande parcela da população abaixo da linha da pobreza.

O quinto capítulo expõe em duas seções em a evolução dos rendimentos na década de 90. Na primeira seção Cardoso (1999) deixa claro que a melhora nas desigualdades de renda a partir de 94, vai além dos efeitos aparentes em qualquer plano de estabilização. A principal causa teria sido a dispersão de preços relativos na economia após a estabilização, fato comum a economias que passaram por processos de estabilização semelhantes. Essa dispersão dos preços em favor dos preços dos bens não-comercializáveis com o resto do mundo propiciou uma redução no diferencial nos rendimentos entre trabalhadores desse setor, em sua maior parte menos qualificados e mais pobres. Já na outra seção veremos como o aumento do salário mínimo de 95 diminuiu sensivelmente a pobreza beneficiando a população situada na cauda da distribuição de renda nacional. Será discutido também como esse aumento teve seus efeitos potencializados devido ao fato de o salário mínimo servir de referência na remuneração de trabalhadores que ganham não apenas 1 sm, mas também os que ganham múltiplos do mesmo.

O sexto e último capítulo resumem as principais conclusões alcançadas durante o trabalho.

2 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL – UMA VISÃO GERAL

O Brasil tem uma das piores distribuições de renda do mundo. O país se encontra em situação pior que países miseráveis como Bangladesh e fica muito distante de países que podem ser considerados referência no quesito distribuição de renda como Holanda. Se levarmos em

conta a razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, podemos perceber que o Brasil encontra-se em último lugar em uma lista de 55 países que dispõem desse tipo de dado. Para 36 dos 55 países listados na tabela abaixo a renda de um indivíduo entre os 10% mais ricos é, em média, até 10 vezes maior do que a renda de um indivíduo entre os 40% mais pobres. Na Holanda, país que ocupa o topo da tabela, essa relação chega a ser menor que quatro vezes. No Brasil esse número chega a quase trinta, ou seja, a renda de um indivíduo situado entre os 10% com as maiores rendas, chega a ter seu rendimento quase trinta vezes maior que um outro indivíduo que se encontra no grupo dos 40% com rendimentos mais baixos.

TABELA 1

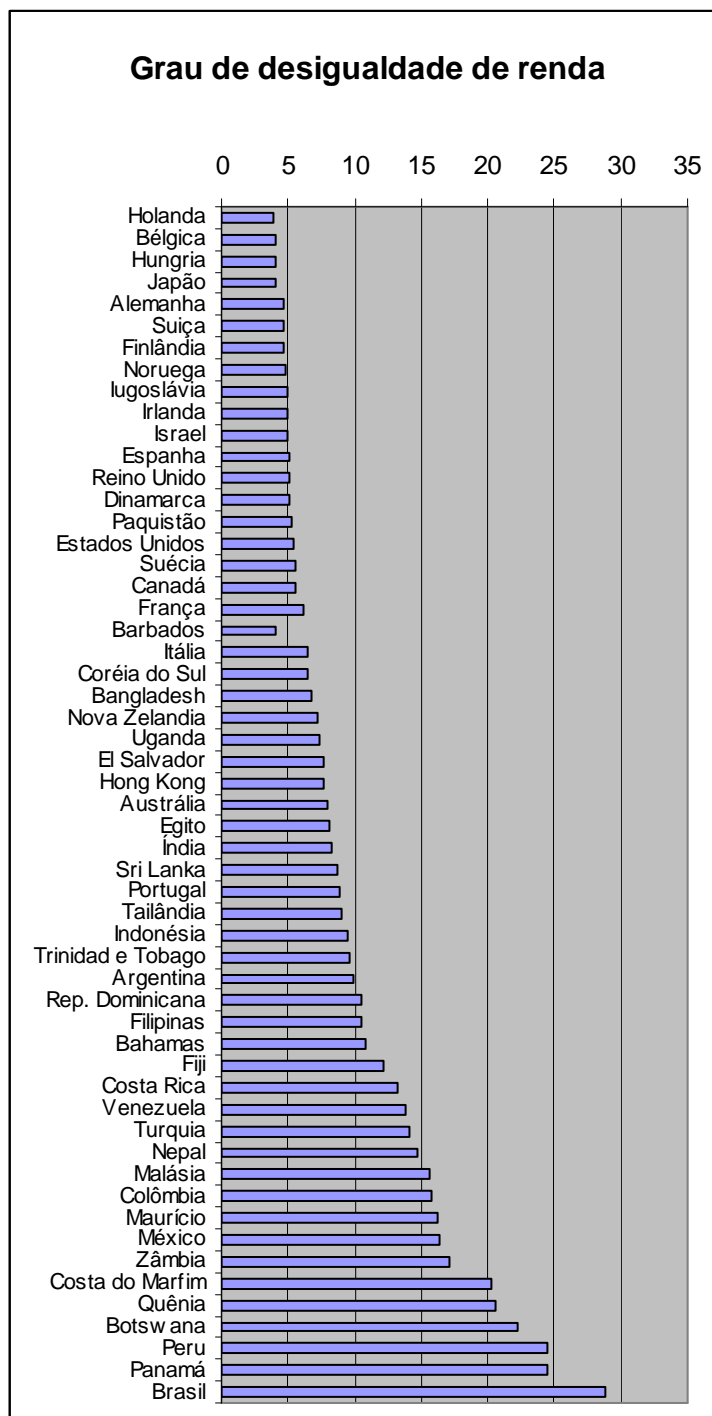
Razão entre a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres

País	40-	10+	10+/40-	(10+/40-)x4
Holanda	22,40	21,50	0,96	3,84
Bélgica	21,60	21,50	1,00	3,98
Hungria	20,50	20,50	1,00	4,00
Japão	21,90	22,40	1,02	4,09
Alemanha	20,40	24,00	1,18	4,71
Suíça	20,10	23,70	1,18	4,72
Finlândia	18,40	21,70	1,18	4,72
Noruega	18,90	22,80	1,21	4,83
Iugoslávia	18,70	22,90	1,22	4,90
Irlanda	20,30	25,10	1,24	4,95
Israel	18,00	22,60	1,26	5,02
Espanha	19,40	24,50	1,26	5,05
Reino Unido	18,50	23,40	1,26	5,06
Dinamarca	17,40	22,30	1,28	5,13
Paquistão	20,60	26,80	1,30	5,20
Estados Unidos	17,20	23,30	1,35	5,42
Suécia	20,50	28,10	1,37	5,48
Canadá	17,10	23,80	1,39	5,57
França	17,00	26,40	1,55	6,21
Barbados	28,60	29,30	1,02	4,10
Itália	17,50	28,10	1,61	6,42
Coréia do Sul	16,90	27,50	1,63	6,51
Bangladesh	17,30	29,50	1,71	6,82
Nova Zelândia	15,90	28,70	1,81	7,22
Uganda	16,60	30,70	1,85	7,40
El Salvador	15,50	29,50	1,90	7,61
Hong Kong	16,20	31,30	1,93	7,73

Austrália	15,40	30,50	1,98	7,92
Egito	16,50	33,20	2,01	8,05
Índia	16,20	33,60	2,07	8,30
Sri Lanka	15,90	34,70	2,18	8,73
Portugal	15,20	33,40	2,20	8,79
Tailândia	15,20	34,10	2,24	8,97
Indonésia	14,40	34,00	2,36	9,44
Trinidad e Tobago	13,30	31,80	2,39	9,56
Argentina	14,10	35,20	2,50	9,99
Rep. Dominicana	14,50	37,90	2,61	10,46
Filipinas	14,10	37,00	2,62	10,50
Bahamas	12,20	32,90	2,70	10,79
Fiji	12,50	37,80	3,02	12,10
Costa Rica	12,00	39,50	3,29	13,17
Venezuela	10,30	35,70	3,47	13,86
Turquia	11,50	40,70	3,54	14,16
Nepal	12,60	46,50	3,69	14,76
Malásia	10,20	39,80	3,90	15,61
Colômbia	11,20	44,10	3,94	15,75
Maurício	11,50	46,70	4,06	16,24
México	9,90	40,60	4,10	16,40
Zâmbia	10,80	46,40	4,30	17,19
Costa do Marfim	8,60	43,70	5,08	20,33
Quênia	8,90	45,80	5,15	20,58
Botswana	7,60	42,10	5,54	22,16
Peru	7,00	42,90	6,13	24,51
Panamá	7,20	44,20	6,14	24,56
Brasil	7,00	50,60	7,23	28,91

Fonte: Barros (1995)

GRÁFICO 1



Fonte: Barros(1995)

Esse grau de desigualdade na distribuição da renda extremamente elevado no Brasil é ainda pior se levarmos em conta aonde ela se concentra. Segundo, Barros (1995), esta se encontra concentrada na cauda superior da distribuição, ou seja, entre os 10% mais ricos. Ou seja, além de o país possuir uma distribuição de renda extremamente desigual, o que por si só já é

bastante ruim, essa desigualdade se concentra nos extremos da pirâmide de rendimentos, que no caso do Brasil, leva um contingente enorme da população do país abaixo da linha da pobreza. Dados de 1999 estimam que mais de 53 milhões de brasileiros, ou 48% da população, vivem abaixo da linha da pobreza.(BARROS, 2001).

Outro fator importante é a acentuação desse processo de concentração de renda no Brasil desde os anos sessenta, quando passamos a dispor de informações mais precisas. A exceção de alguns períodos isolados a distribuição das rendas no país apresenta uma trajetória crescente de concentração no topo da pirâmide. O ritmo de crescimento oscilou ao longo das décadas de sessenta, setenta, oitenta e noventa, de acordo com o contexto econômico da época.

Desde a década de sessenta o país apresentou uma trajetória mais ou menos regular de concentração de renda até o começo da década de noventa. Ao longo das três décadas, porém, o processo de aumento das desigualdades de renda apresentou movimentos, que apesar de apontarem a mesma direção, foram de intensidade e caráter um pouco distintos.

TABELA 2
DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL 1960/99

Ano	Índice de	
	Gini	10+/10-
1960	0,50	34
1970	0,56	40
1980	0,59	47
1990	0,63	78
1999	0,60	70

Fonte: Barros(2001)

Analisando-se os dados da tabela acima constatamos que as décadas de 60 e 80 apresentaram um crescimento maior das desigualdades, enquanto que a década de 70 teve um ritmo consideravelmente menor de aumento das desigualdades. Se levarmos em conta as variações dos índices de Gini de 1960 para 70 e de 1980 para 90, percebemos que ela foi maior no primeiro caso, de **0,50** para **0,56**, o que deixa claro uma maior concentração em detrimento do bloco intermediário, já que este índice dá um grande peso á mudanças no meio da distribuição. No entanto, se tomarmos como base a razão entre o primeiro decil, **10 +**, e o

último décil da distribuição, **10** -, os anos 80 apresentaram um crescimento considerável, saltando de **47** em 1980 para **78** em 1990.

No aumento das desigualdades nos anos 60 os grupos que sofreram as perdas mais acentuadas foram os que estavam situados no meio da distribuição. Enquanto que na década de oitenta os que mais sofreram foram os situados na base da pirâmide. Deixando claro o caráter mais perverso do processo de concentração de renda a partir dos anos 80, quando atingiu de forma mais direta as classes mais pobres, enquanto na década de 60 a classe média foi a mais atingida.

A década de 90, porém, marca uma reversão da tendência de aumento das desigualdades desde os anos 60. Se levarmos em conta o ano de 1999, podemos perceber que o índice de Gini passou de 0,63 em 1990 para 0,60 e a relação entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres caiu de 74 para 70.

Para uma melhor compreensão do processo a década de 90 pode ser dividida em duas partes: de 90 a 93 e de 94 a 99. A primeira fase aparece como uma continuidade da década anterior no que diz respeito ao aumento das desigualdades. Já a partir de 94 há uma clara mudança na direção desse processo. Houve um forte impacto redistributivo que permitiu uma melhora no perfil distributivo do país. Vale ressaltar que apesar de benéfica essa melhora foi insuficiente para levar os índices de desigualdade a parâmetros semelhantes ao ano de 1980.

3 ANOS 60 E 70 – O PARADOXO

Apesar do crescimento acelerado da economia brasileira ao final dos anos sessenta¹ e da relativa estabilidade nos preços a partir de 65, o censo do ano de 1970 demonstraria que nem sempre aumento da renda real guarda uma proporção direta com redistribuição de renda. O aumento da concentração de renda no período foi visível, se tomarmos como base de comparação os anos de 1960, 70 e 80 isoladamente, e de certa forma surpreendente se levarmos em conta o forte crescimento a partir de 67, quando a economia cresceu a taxas nunca vistas anteriormente.

TABELA 3
Variação dos índices de concentração entre 1960,70 e 80

ÍNDICES	EXCLUI O PESSOAL COM RENDA ZERO			INCLUI O PESSOAL COM RENDA ZERO		
	GINI	VAR. DOS LOGS	THEIL	GINI	VAR. DOS LOGS	THEIL
1960	0,50	0,90	0,47	0,55	1,69	0,58
1970	0,56	0,97	0,64	0,60	1,71	0,72
1980	0,59	nd	nd	nd	nd	nd
1960/70(%)	13,7	8,83	37,09	8,6	1,18	25,25
1970/80(%)	5,36	nd	nd	nd	nd	nd

Fonte: Para os anos 1960 e 1970: Langoni (1973)
Para o ano de 1980: Barros (2001)

Como podemos observar na tabela acima, para qualquer índice que se observe houve um aumento da concentração de renda entre os anos sessenta e setenta havendo apenas diferenças no que se refere à magnitude da variação. O índice de Gini captou uma variação de 13,70 excluindo-se as pessoas com renda zero, passando de 0,50 no ano de 1960 para 0,56 em 70. Já a variância dos logs e o de Theil obtiveram acréscimos de 8,83% e 37,09% respectivamente se levarmos em conta o mesmo critério de excluir o pessoal com renda zero. O processo de concentração foi observado também na análise com a inclusão de pessoas com renda zero, alterando-se um pouco a intensidade do crescimento dos índices: 8,60%, 1,18% e 25,25% para os índices de Gini, variância dos logs e Theil respectivamente.

Nos anos setenta, apesar de um crescimento econômico menor a partir de 74, houve uma redução no ritmo do aumento das desigualdades. O índice de Gini passaria de 0,56 no ano de 1970 para 0,59 em 1980, uma variação de 5,36%.

¹ O período de 67 a 73 foi considerado o “milagre econômico brasileiro”, com o país crescendo a taxas superiores a 10% ao ano.

Diante de um quadro que apresentava de um lado crescimento acelerado, com taxas que não se tinham registros em nenhum outro país do mundo, e do outro aumento da concentração de renda, era de se esperar que um debate se desenrolasse a partir daí. O eminente paradoxo colocava em xeque a correlação entre crescimento econômico e aumento do bem estar social.

As teorias que foram formuladas para explicar esse fenômeno partem basicamente de duas vertentes. A primeira leva em conta à própria natureza do crescimento econômico como o principal condicionante do desequilíbrio na estrutura de distribuição de renda no Brasil e teria um efeito temporário. Sustenta-se ainda que a concentração de renda não teve um caráter tão perverso, já que ela atingiu principalmente as camadas intermediárias da pirâmide distributiva e, além disso, o período de grande crescimento econômico permitiu que todas as parcelas da população aumentassem as suas rendas absolutas, ainda que não de forma proporcional.

Já a outra vertente aponta os efeitos das políticas contracionistas praticadas no período, principalmente a política salarial, como as principais causadoras do aumento da concentração de renda, com uma sensível deterioração do quadro social do país.

Ainda que conceitualmente distintas as teorias acima têm na sua estrutura, seja para se contrapor ou para se basear, como marco referencial o trabalho de Langoni. As idéias do autor serão estudadas mais detalhadamente, assim como as teorias que fizeram o contrapeso teórico no período, nas próximas sessões. Esse aprofundamento teórico nos anos setenta será importante para nos mostrar um pouco do que já foi falado a respeito de distribuição de renda no Brasil e nos familiarizarmos com as ferramentas e o quadro teórico, o que vai possibilitar, mais à frente, uma compreensão do processo de distribuição de renda nos anos noventa.

3.1 LANGONI

O livro de Langoni, **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil** de 1973 foi o grande marco referencial do debate que se seguiu. Auxiliado por um eficiente instrumental estatístico e econométrico e incorporando algumas novidades da teoria econômica no período, como a teoria do capital humano o autor sustentou a hipótese de que é

“falaciosa a tentativa de atribuir a este aumento de concentração qualquer conotação de piora ou redução do bem estar econômico”(LANGONI, 1973, p. 5). Pelo contrário, Langoni queria mostrar que o crescimento econômico vivenciado pelo país beneficiou a todos e que o aumento da concentração de renda no período teria um caráter temporário.

Para provar que o crescimento da economia entre os anos 60 e 70 contribuiu para uma melhora geral do bem estar do país, o autor analisou os dados dos censos dos anos mencionados e constatou que ainda que tenha havido uma concentração das rendas no topo da pirâmide as rendas médias como um todo subiram.

A **Tabela 4** estratifica a população por percentil. A primeira coluna apresenta os percentis por ordem crescente de renda. Assim o **-10** representa os 10% da população com as rendas mais baixas, enquanto que o **+10** corresponde aos 10% com rendas mais elevadas. Consta ainda na primeira coluna o **+1** e o **+ 5** que correspondem aos 1% e 5% que encabeçam o topo da pirâmide com as maiores participações na renda relativa. Na segunda coluna estão a porcentagem da renda apropriada por cada percentil nos anos 60 e 70 e as respectivas variações entre os anos. Já a terceira coluna corresponde à renda média efetiva de cada percentil e sua variação entre os anos acima. A última coluna mostra a participação de cada estrato da população na renda relativa entre os anos mencionados e a variação entre os mesmos.

TABELA 4
Comparação da distribuição da renda 1960/70

PERCENTIL	PORCENTAGEM DA RENDA			RENDA MÉDIA(EM CR\$ DE 1970 POR MÊS)			RENDA RELATIVA		
	1960	1970	1960/70(EM %)	1960	1970	1960/70(EM %)	1960	1970	1960/70(EM %)
10-	1,17	1,11	-5,13	25	32	28,00	0,12	0,11	
10	2,32	2,05	-11,64	48	58	20,83	0,23	0,2	-13,04
10	3,42	2,97	-13,16	71	84	18,31	0,34	0,3	-11,76
10	4,65	3,88	-16,56	96	110	14,58	0,46	0,39	-15,22
10	6,15	4,90	-20,33	127	139	9,45	0,61	0,5	-18,03
10	7,66	5,91	-22,85	158	168	6,33	0,77	0,6	-22,08
10	9,41	7,37	-21,68	195	210	7,69	0,94	0,74	-21,28
10	10,85	9,57	-11,80	225	272	20,89	1,08	0,96	-11,11
10	14,69	14,45	-1,63	305	411	34,75	1,48	1,46	-1,35
10+	39,66	47,79	20,50	815	1360	66,87	3,95	4,82	22,03
5+	27,69	34,86	25,89	1131	1984	75,42	5,49	7,03	28,05
1+	12,11	14,57	20,31	2389	4147	73,59	11,6	14,7	26,72
40-	11,57	10,00	-13,57	60	71	18,33	0,29	0,25	-13,79
20	13,81	10,81	-21,72	142	153	7,75	0,68	0,55	-19,12
40+	74,62	79,19	6,12	385	563	46,23	1,86	1,99	6,99
TOTAL	100	100		206	282	36,89			

Fonte: Langoni(1973)

Observando a variação da apropriação de renda entre os anos, fica claro que houve uma tendência de concentração entre os que já auferiam antes as maiores rendas. O 1% da população mais rica, que em 1960 participava com 12,11%, aumentou a sua porcentagem para 14,57%, variando 20,32%. Essa tendência fica ainda mais visível se observarmos que entre os percentis, o único que obteve uma variação positiva, 20,50%, foi o 10% com as rendas mais elevadas (+10), enquanto todos os demais perderam participação na renda nacional.

Houve um claro movimento de concentração de renda na faixa mais alta da pirâmide distributiva em detrimento do escalão intermediário. Isso ocorreu porque as maiores perdas na participação da renda aconteceram nos decis situados no meio da pirâmide, o quarto, quinto e sexto decis superiores, 21,68%, 22,85% e 20,33% respectivamente.

O autor sustenta que esse processo de concentração de renda ao longo da década de sessenta não foi de todo ruim para o bem estar social do país. Primeiro porque as classes mais baixas da população não foram atingidas com tanta intensidade quanto á classes intermediárias, ou seja, ainda que a concentração tenha ocorrido no topo da distribuição de renda nacional, especificamente o primeiro decil superior (10+), as perdas mais acentuadas aconteceram nos decis intermediários. O segundo motivo pelo qual o processo de concentração não contribuiu para deteriorar o bem estar social do país, foi porque todos os grupos, sem exceção, aumentaram as suas rendas médias, ou seja, houve um aumento de renda real que beneficiou a todos, ainda que a faixa superior tenha obtido as maiores variações, 73,59% para os 1% mais ricos da população, enquanto que os percentis mais baixo obtiveram ganhos mais discretos, com os menores ganhos situados nos decis intermediários novamente. A terceira razão estaria na própria natureza da origem do processo de concentração de renda.

Para tentar explicar a causa da concentração de renda no período compreendido entre os anos sessenta e setenta o autor trabalha com duas variáveis. A primeira delas corresponderia a uma alteração na composição na força de trabalho, como idade, sexo, e principalmente educação, além de uma redistribuição setorial e regional. A outra suposição leva em conta um desequilíbrio no

mercado de trabalho causado pela forte demanda de mão de obra altamente qualificada em face de uma oferta relativamente inelástica no curto prazo.

O desequilíbrio no mercado de trabalho, segundo Langoni, era explicado pela existência de um viés tecnológico no crescimento econômico que demandaria um crescente número de trabalhadores qualificados. Mesmo com o crescimento de 79% da oferta de mão-de-obra com nível superior no período, o mesmo não foi suficiente para conter uma elevação de 11% das rendas obtidas por esse grupo de trabalhadores. Ou seja, mesmo a oferta de mão de obra qualificada crescendo a um ritmo elevado entre os anos sessenta e setenta, fruto de uma melhora considerável na educação no país, tal crescimento foi incapaz de suprir a demanda por força de trabalho com essas características. Esse fenômeno levou a um desequilíbrio no mercado de trabalho, que pelas próprias características seria temporário e tenderia a voltar ao normal logo que o aumento de trabalhadores com nível superior igualasse a demanda.

Se por um lado Langoni afirmava que o aumento da concentração de renda nos anos sessenta era causado em grande parte pela insuficiência do crescimento do sistema educacional gerador de mão-de-obra qualificada frente a uma maior demanda de setores mais modernos da economia por esse tipo de trabalhador, os anos 70 deixariam claro que esse desequilíbrio não era tão efêmero como ele assegurava.

Tabela 5
Distribuição de renda 1970-76

PERCENTIL	PORCENTAGEM DA RENDA			RENDA MÉDIA(EM CR\$ DE 1970/MÊS)		
	1970	1976	1970/76(%)	1970	1976	1970/76(%)
10-	1,11	0,87	-21,62	32	52	62,50
10	2,05	1,78	-13,17	58	106	82,76
10	2,97	2,31	-22,22	84	137	63,10
10	3,88	3,04	-21,65	110	181	64,55
10	4,9	3,8	-22,45	139	226	62,59
10	5,91	5	-15,40	168	297	76,79
10	7,37	6,5	-11,80	210	386	83,81
10	9,57	9,7	1,36	272	577	112,13
10	14,45	15,6	7,96	411	927	125,55
10+	47,79	51,4	7,55	1360	3056	124,71

Fonte: Fonseca (1981)

Como afirmamos anteriormente, mesmo com o país crescendo a taxas mais modestas a partir de 74, houve um aumento da concentração de renda, ainda que menor que nos 60. O ano de 1976 se comparado com o início da década mostra uma perda de participação relativa de todos os decis da distribuição em benefício dos três últimos. Diferentemente da década de 60, quando os decis mais atingidos foram os intermediários, nesse período o primeiro decil (10-) teve perdas relativas semelhantes e até maior aos demais decis, 21,62%.

Houve, porém, um aumento do bem-estar social no período se considerarmos que toda a sociedade registrou aumentos de renda real, ainda que não de forma proporcional. Os decis que obtiveram os maiores aumento de renda real foram os três últimos decis, com aumentos, de 112,13%, 125,55% e 124,71%.

Tabela 6
Índice de Gini 76/79

Ano	Índice de Gini
1976	0,60
1977	0,62
1978	0,60
1979	0,60

Fonte: Ipea

<http://www.ipeadata.gov.br/>

2002

A **tabela 6** indica que no restante da década não houve alterações significativas no índice de Gini, há exceção no ano de 1977 quando o índice foi para 0,62, retornando no ano seguinte para 0,60.

3.2 INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS

A linha de interpretação alternativa da deterioração do perfil distributivo nos anos sessenta e setenta dá ênfase aos efeitos da política de combate à aceleração dos preços deflagrada pelo governo militar a partir de 64, em especial no salário mínimo. O programa de estabilização a

partir de 64 consistia principalmente em atacar três pilares: O déficit público, redução de crédito para empresas privadas e rigoroso controle da política salarial.(SKIDMORE, 1998).

Foi detectado pelo governo que o grande foco de pressão para aceleração dos preços era a emissão de moeda utilizada para cobrir o déficit de empresas públicas. O primeiro passo do governo foi eliminar os déficits das estatais que administravam ferrovias, navegação e exploração de petróleo enxugando as despesas e repassando para as tarifas os subsídios que eram anteriormente concedidos, levando ao aumento do custo de vida da maior parte da população. O governo desaceleraria o ritmo de crescimento ainda mais com a restrição de crédito à empresas privadas. Todas as medidas acima citadas utilizadas pelo governo para estabilizar o nível de preços levariam a uma perda do poder de compra das classes mais baixas, porém nenhuma afetaria de maneira mais incisiva que o controle da política salarial.

O governo dispunha de uma série de mecanismos, herdados da CLT (Consolidação das leis trabalhistas) do Estado Novo de Getúlio Vargas e do Conselho Nacional de política salarial, criado em 63 no governo João Goulart, que possibilitavam o controle eficaz da política salarial. Primeiro, a CLT minava qualquer poder reivindicatório da massa assalariada, já que subordinava os sindicatos à tutela do estado e praticamente tornava ilegal o direito à greve. O segundo ponto era que qualquer tentativa de negociação direta entre patrão e empregado era inviabilizada pelas características legais da CLT, que reservava ao governo qualquer decisão que dizia respeito ao salário mínimo e relegava aos tribunais do trabalho as demais decisões. O terceiro, e mais importante ponto, diz respeito à fixação de salários de toda a economia por parte do governo, através de mecanismos oriundos do Conselho Nacional de Política Salarial, de Goulart. Inicialmente o governo controlava apenas os salários do setor público, passando a partir de 65, a controlar também os salários do setor privado. O reajuste de salários por parte do governo seguia uma fórmula, que apesar de alterada ao longo dos anos mantinha a mesma estrutura. O reajuste de salários era baseado: (SKIDMORE, 1998).

- O salário real médio pago nos últimos 24 meses
- Compensação do aumento de produtividade do ano anterior
- Reajustamento da inflação residual esperada no correr do ano seguinte, segundo previsão do governo.

É claro que a inflação prevista pelo governo para reajuste dos salários era constantemente subestimada, o que levava em conjunto com os outros fatores citados acima, como o aumento das tarifas das empresas públicas, a uma defasagem dos salários reais ao longo dos anos. Entre 65 e 67 o salário mínimo caiu 20% (RAMOS, 1991). Diante desse quadro alguns autores, entre eles Fishlow, levantaram que a redução gradual dos salário mínimo real modificou a estrutura de distribuição funcional de renda, favorecendo as rendas auferidas de lucros em detrimento das rendas dos assalariados. A partir daí fica claro o porque que a renda tendeu a se concentrar no topo da pirâmide, já que os mesmos que recebem rendas de lucros e propriedades em geral também ocupam a faixa mais alto do processo de distribuição de renda na sociedade.

A concentração de renda, segundo Fishlow, não seria fruto do viés tecnológico do crescimento econômico que desequilibrou o mercado de trabalho, nem tampouco de alterações da composição da força de trabalho, mas sim de um achatamento do salário real dos trabalhadores ocasionado pelas políticas salariais do governo e em especial as que envolviam o salário mínimo.

4 ESTAGFLAÇÃO E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES NOS ANOS 80

Os anos oitenta podem ser considerados como o melhor exemplo de como hiperinflação em conjunto com recessão econômica contribuem para aumentar as desigualdades de renda. Houve um enorme distanciamento entre as classes ricas e pobres no período, somado a isso uma redução significativa da renda real, especialmente das classes mais pobres, fazendo aumentar ainda mais o contingente de miseráveis no país.

Desde 83, à exceção de 86, os 10% mais pobres (-10) vão perdendo participação na renda nacional. Em 83 ela chegava a **0,92 %** da renda do país, passando para **0,73%** em 85 e chegando a **0,65%** em 89.

Enquanto no topo da pirâmide houve uma concentração cada vez mais acentuada entre os 1% mais ricos (+1). Em 1983 os 1% que detinham a maior participação da renda no país possuíam **13,55%** da mesma, aumentando a sua participação para **13,69%** em 85 e ao final de 89 concentrando **16,81%** de toda renda no país.

TABELA 7

Distribuição dos rendimentos da população economicamente ativa por percentis 1983/89

Percentis	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
10-	0,92	0,83	0,73	0,95	0,78	0,64	0,65
10	1,73	1,79	1,72	2,04	1,81	1,56	1,58
10	2,70	2,82	2,70	2,63	2,57	2,55	2,28
10	3,39	3,38	3,26	3,34	3,26	3,11	2,74
10	4,24	4,28	4,14	4,33	4,31	4,08	3,69
10	5,50	5,66	5,48	5,65	5,65	5,30	4,91
10	7,31	7,45	7,28	7,34	7,43	7,06	6,61
10	10,26	10,40	10,26	10,21	10,31	10,06	9,50
10	16,41	16,28	16,35	15,72	16,37	16,11	15,78
10	47,53	47,10	48,08	47,80	47,51	49,52	52,23
5	33,85	33,43	34,36	34,44	34,06	35,54	38,45
1	13,55	12,82	13,69	14,39	13,99	13,90	16,81
GINI	0,5917	0,5870	0,5989	0,5883	0,5945	0,6124	0,6350

Fonte: Bonelli (1991)

Vale ressaltar que o único ano (86) em que os 10% mais pobres não perderam participação na distribuição de renda nacional, e até pudemos observar uma melhora nos índices de desigualdade correspondeu ao Plano Cruzado. Porém essa melhora perdurou tanto quanto o Plano e já a partir de 87 houve um processo de reconcentração de renda nas camadas mais ricas da sociedade em paralelo a um reaceleração inflacionária muito rápida que intensificou esse processo, como podemos notar na variação da participação do +1 de 88 para 89. O mesmo saltou de **13,90%** para **16,81%**.

Se observarmos a tabela abaixo que descreve a evolução da inflação durante a década de 80, podemos perceber que o aumento das desigualdades no período guarda uma forte correlação com a aceleração da inflação. No momento de maior aceleração da inflação que correspondeu ao final da década, quando a inflação disparou de **415,8%** em 87 para **1782,9%** em 89, correspondeu à maior perda de participação das classes mais pobres na distribuição de renda nacional.

TABELA 8

Taxas de variação anual de preços de 1980/89

Anos	Inflação IGP-DI (%)
1980	110,2
1981	95,2
1982	99,7
1983	211
1984	223,8
1985	231,5
1986	65
1987	415,8
1988	1037,6
1989	1782,9

Fonte: Lopes (1998).

Se levarmos em conta, porém, a relação do aumento das desigualdades com o crescimento econômico no período podemos perceber que ela não é tão óbvia quanto parece. Pela tabela abaixo podemos perceber que o período de menor crescimento econômico (81 á 83) não corresponde aos anos de maior incremento das desigualdades, de 86 em diante. É difícil mensurar qual o impacto que cada fenômeno (hiperinflação e estagnação) exerceu sobre a piora

no perfil distributivo nos anos 80, porém fica claro que a hiperinflação teve uma relação muito mais direta e intensa que a estagnação econômica do período.

TABELA 9
Taxa de crescimento do PIB (em %) 1980/89

Ano	Variação do PIB (%)
1980	9,3
1981	-4,3
1982	0,8
1983	-2,9
1984	5,4
1985	7,8
1986	7,5
1987	3,5
1988	-0,1
1989	3,2

Fonte: Filgueiras (2000)

Para entender como a hiperinflação do período propiciou a concentração de renda no país a níveis nunca visto antes, é preciso entender o movimento de preços em uma economia com alta inflação. É necessário compreender que o aumento de preços é um reflexo do conflito entre classes dentro da economia pela manutenção do seu poder de compra. Em uma economia que dispusesse de mecanismos de indexação que reajustasse todas as rendas de maneira igual no mesmo período, a inflação futura seria igual à passada e não haveria perda de participação de um grupo na renda nacional. Porém na medida em que as diferentes classes dentro de uma economia dispõem de instrumentos de indexação diversos e que favorecem mais a uma classe do que outra na luta pela manutenção dos rendimentos, há uma transferência de renda real de um grupo para outro. Isso fica claro, por exemplo, se observarmos os diferentes mecanismos que possuem a classe de trabalhadores e a classe de empresários.

O país já dispunha desde 79 de uma eficiente legislação salarial, que previa reajustes semestrais e diferenciados (Sabóia, 1991), para os com salários abaixo de 11,5 SM ele seria acima do Inpc,

enquanto que para os acima desse patamar o mesmo era abaixo do Inpc². Enquanto os trabalhadores possuíam reajustes semestrais, os empresários, principalmente os de setores oligopolizados, menos competitivos, podiam reajustar suas rendas num prazo muito menor através de aumentos diários de preços.

Mesmo com reajustes de preços semestrais e acima da inflação passada os trabalhadores eram incapazes de manter o poder de compra, face à aceleração inflacionária que ia corroendo os rendimentos ao longo do mês. Supondo um reajuste anual e que a taxa de inflação seja de 5% ao mês, os trabalhadores teriam um salário médio real 25% abaixo do que estariam recebendo logo após o reajuste. Agora se o reajuste fosse semestral, e no caso da taxa de inflação permanecer em 5% ao mês, essa perda seria reduzida para aproximadamente 15% (CAMARGO, 1988). Fica claro então que quanto menor o período de reajuste das rendas nominais, maior a inflação necessária para gerar a mesma perda real para determinada classe. Daí então a vantagem significativa que possuíam os empresários em relação aos trabalhadores.

Partindo desse conflito distributivo e das particularidades do Plano Cruzado, Camargo (1988), explicou a melhora na distribuição dos rendimentos no ano de 86. Enquanto antes do plano, o setor exportador, as grandes empresas e os trabalhadores do setor formal eram os que melhor se protegiam do aumento dos preços, após sua implantação, estes grupos perderam todo o poder de formação de suas rendas. Por outro lado, as pequenas empresas e o setor informal continuaram livres para determinarem seus preços, pois a fiscalização do congelamento nesses setores era impossível. Houve, então, nesse período uma transferência de renda para os trabalhadores dos setores com remunerações, em geral, mais baixas.

Camargo(1988) até aponta que uma das causas do insucesso do Plano Cruzado foi o custo social elevado que os segmentos mais poderosos da sociedade (exportador e grandes empresas) tiveram que arcar.

Outro ponto a ser observado é o caráter um pouco distinto do processo de concentração de renda nos anos 80 em relação aos anos 60 e 70. Enquanto nos anos 60, como vimos no capítulo

² Essa legislação foi consideravelmente alterada ao longo da década.

anterior, houve uma concentração de renda em detrimento das classes intermediárias, o que implicou em variações mais significativas no índice de Gini, nos anos 80 as classes mais baixas foram as mais atingidas. Isso pode ser observado se levarmos em conta variações do índice de Gini que oscilou bem pouco até 87 quando a inflação já começava a subir novamente e a já estava fora de controle.

Essa constatação também é realçada pelo aumento da pobreza durante a década. A pobreza no país em números absolutos atingia **42 milhões** de pessoas no ano de 79, porém os anos 80 evidenciaram um aumento considerável do número de pobres, fechando a década com quase **61 milhões** de miseráveis.

TABELA 10
Evolução temporal do número de Pobres no Brasil de 1979/89

Ano	Número de pobres (Em milhões)
1979	42
1981	50,7
1982	52
1983	62,8
1984	63,6
1985	56,9
1986	37,6
1987	55,4
1988	62,6
1989	60,7

Fonte: Barros (2001)

5 ANOS 90 – A DISCRETA MELHORA NO PERFIL DISTRIBUTIVO

Após uma década onde houve crescimento praticamente nulo, hiperinflação inédita e um aumento considerável da concentração de renda no país, a década de 90 apresentou uma leve melhora nos índices de desigualdade de renda a partir de 95.

TABELA 11

Evolução das desigualdades e crescimento econômico 1990/99 (em %)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Parcela da Renda dos 50% mais pobres	12,75	13,63	13,13	11,28	11,28	12,22	12,26	11,95	11,26	11,33
Parcela da Renda dos 20% mais ricos	62,86	60,88	61,13	64,66	64,66	62,6	62,48	62,75	63,87	63,79
Crescimento do PIB Per capita	-5,9	-1,3	-2,4	2,6	4,4	2,8	1,7	2,3	0,2	0,9
Proporção de pobres	22,6	25,5	32,2	32,1	33,4	27,8	25,1	25,4	27,4	27,3

Fonte: Néri (1999)

Após aumentar consistentemente desde 1960, a desigualdade de renda registra um forte declínio entre os anos de 1990 e 1991. Podemos perceber na **tabela 11** uma diminuição da concentração de renda entre os 20% mais ricos de **62,86%** para **60,88%** entre os anos acima. Porém a partir de 1992 as desigualdades voltam a se acentuar até 1994, como fruto da aceleração inflacionária do período. Os 50% mais pobres diminuem sua participação de **13,13%** em 1992 para **11,28%** em 1994. Porém a partir de 1995 as desigualdades voltam a declinar até 1997, que rerepresentou a tendência à reconcentração de renda que foi potencializada pela crise asiática. Os 50% mais pobres aumentam a sua participação na renda nacional até 1996 com **12,26%** e diminuindo logo em seguida, 1997, o seu pedaço na renda para **11,95%**.

Se observarmos o comportamento do índice de Gini durante a década podemos perceber que ele manteve uma relativa regularidade durante a década, deixando claro que a melhora a partir de 95 aconteceu em grande parte nos extremos da distribuição, favorecendo principalmente as classes mais pobres como pudemos perceber acima.

Tabela 12
Índice de Gini 1990/99

Ano	Índice de Gini
1990	0,628
1991	nd
1992	0,583
1993	0,604
1994	nd
1995	0,601
1996	0,602
1997	0,602
1998	0,602
1999	0,596

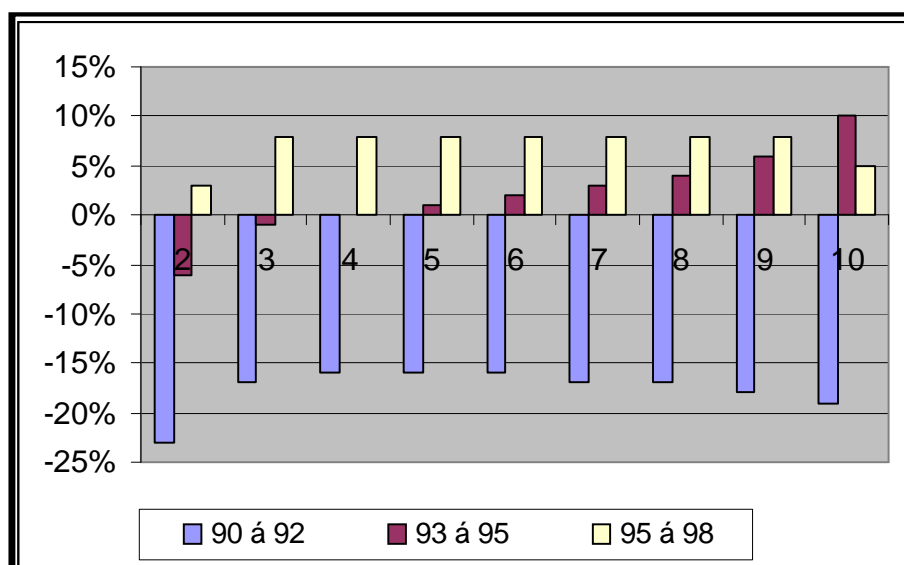
Fonte: Ipea

<http://www.ipeadata.gov.br/>
2002

O desempenho do país no que se refere á melhora do bem estar social nos anos noventa pode ser melhor qualificado se seccionarmos a evolução da renda absoluta per capita anual por decis entre os três presidentes da década de noventa: Fernando Collor (mar/90 a out/92), Itamar Franco (out/1992 a jan/1995) e Fernando Henrique Cardoso (jan/95 a mar/98).

GRÁFICO 2

Taxa de crescimento anual da renda domiciliar per-capita por décimo 1990/98



Fonte: Néri (1999), p. 11

Obs: O primeiro décimo apresenta renda nula.

No período correspondente ao governo Collor houve perdas semelhantes para todos os décimos da distribuição³, com perdas mais acentuadas para os extremos da distribuição: o segundo e o último decis. Mesmo se levarmos em conta a melhora nas desigualdades de renda no período, como vimos acima, houve uma deterioração inequívoca do bem estar social.

Já o segundo período, compreendido entre os anos 1992 e 1994, que corresponde ao governo Itamar Franco, observamos o caráter concentrador que alta inflação é capaz de ter. Podemos perceber que os primeiros decis, **o segundo e terceiro**, experimentam reduções nas rendas absolutas apesar do crescimento econômico. Porém ao nos deslocarmos para o extremo na distribuição, observamos crescimentos gradativamente maiores, que representariam a maior capacidade que as classes mais ricas têm de proteger os seus rendimentos da alta inflação.

O último período, de 1995 á 1998, equivalente aos três primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma reversão da tendência de concentração de renda observado no período anterior, de alta inflação. Os primeiros décimos da distribuição passam a registrar os maiores aumento de renda no período, e à medida que nos deslocamos para os últimos decis os incrementos de renda vão reduzindo. Como todos os décimos da distribuição de renda apresentaram ganhos de renda absolutos e houve uma diminuição das desigualdades no período podemos afirmar que houve uma melhora no bem estar social do país.

Para entender como aconteceu essa melhora no perfil distributivo a partir de 95 é necessário entender não apenas os efeitos redistributivos da estabilização em si, mas também o que aconteceu após a estabilização com os preços relativos da economia e como esse comportamento afetou positivamente as rendas das classes mais pobres. Já a outra explicação tem caráter político, porém o seu efeito é muito amplo do que aparenta ser.

Na seção seguinte tentaremos explicar como a dispersão dos preços de *tradeables e non-tradeables* possibilitou a melhora no perfil distributivo no período.

5.1 PLANO REAL E A DISPERSÃO DE PREÇOS RELATIVOS

Durante muitos anos ignorou-se o caráter inercial da inflação brasileira, e o tratamento de estabilização concentrou-se no déficit fiscal e comercial, o que levou a economia brasileira a um período de estagnação prolongado sem obter o sucesso pretendido. Passando de um extremo a outro com o Plano Cruzado, atribuiu-se ao processo de indexação, seja formal ou informal, toda a responsabilidade pela permanência da inflação em níveis elevados, relegando a segundo plano, ou até mesmo desconsiderando, as causas primárias do processo. Dentro desse contexto o Plano Real representaria um passo adiante em relação aos planos passados, já que qualificava como igualmente importante a extinção dos mecanismos indexatórios e as expectativas de inflação baseadas na inflação passada e ainda manter sob controle o déficit fiscal.

No que se refere à transição de uma moeda para outra, o processo teria de ser gradual. O congelamento de preços mostrou-se falho no passado como instrumento de choque para por fim ao processo inercial da inflação. Principalmente por que criava uma distorção na estrutura de preços relativos devido à diferença nos períodos de reajuste dos preços, enquanto um preço, por exemplo, teria sido reajustado um dia antes do congelamento outro seria reajustado um dia após, terminando por expor uma defasagem entre os dois. O caminho encontrado foi igualar o período de reajustes de todos os preços a um novo indexador: a URV.

Em planos passados observou-se que logo após o período pós-estabilização houve uma remonetização da economia que propiciou uma elevação da demanda, que por consequência pressionou os preços. No plano Real o governo controlaria a explosão da demanda através da liberação do comércio internacional e da fixação de duas variáveis nominais: num primeiro momento o câmbio e em sequência a taxa de juros.

No dia 1º de julho de 1994 houve a conversão de todos os preços que operavam em URV para Real. A inflação arrefeceu e permaneceu controlada, levando nos meses seguintes a uma rápida

³ Néri classificou o período como o milagre econômico às avessas, já que diferentemente dos anos sessenta quando todos os décimos da distribuição aumentaram suas rendas absolutas, neste caso ocorreu o inverso.

remonetização da economia, que pôde ser percebida pela explosão do consumo que se seguiu a última etapa do plano.

Diante do perigo de uma nova aceleração inflacionária, devido à pressão da demanda, o governo utilizou-se de dois mecanismos eficientes para domar as pressões inflacionárias e ainda se aproveitou do contexto macroeconômico externo.

O primeiro mecanismo foi a liberação comercial, que consistiu na derrubada de alíquotas alfandegárias permitindo que a entrada de produtos importados suprissem o excesso de demanda interno.

O segundo mecanismo foi a adoção de uma âncora cambial que teve o duplo papel de sinalizar a trajetória estável dos preços, permitindo a formação de expectativas inflacionárias estáveis, ao mesmo tempo em que reforçou a entrada de produtos importados, já que o câmbio fixado sobrevalorizado depreciou o valor dos produtos taxados em dólar.

Vale a pena destacar que só foi possível, a utilização dos dois instrumentos acima, devido ao ambiente de alta liquidez internacional, que permitiu o governo financiar sem problema os déficits comerciais crescentes até a crise Mexicana em 95, quando o fluxo de capitais retraiu-se consideravelmente.

A explicação para a melhora do perfil distributivo no período logo após o Plano Real, segundo Cardoso (1999), vai além dos impactos mais visíveis ocasionados pela estabilização. O ganho das classes mais baixas não foi devido apenas à eliminação de conflitos distributivos característicos de uma economia com aceleração inflacionária. O principal responsável pela redução das desigualdades do período pós-estabilização seria a dispersão entre preços de produtos *tradeables* (comercializáveis) e *non-tradeables* (não-comercializáveis) deflagrado logo após a estabilização, o que explicaria o caráter efêmero do processo que passou a perder fôlego a partir de 97 como vimos.

Ainda que os mecanismos formais de defesa da renda dos trabalhadores, consistissem em reajustes nominais mais prolongados, os mesmos possuíam mecanismos informais de defesa. Os

trabalhadores com rendas mais elevadas podiam proteger seus rendimentos através de investimentos bancários que acompanhavam o crescimento da inflação, portanto conservavam o valor real dos salários. Enquanto que os demais, devido a restrições de renda por parte das instituições financeiras, protegiam a renda centralizando as compras no início do mês, assim que o salário era recebido. Era comum na época de hiperinflação os consumidores fazerem compras de vales transportes e supermercados para o mês todo assim que recebiam salários, evitando a deterioração do poder de compra do mesmo ao longo do mês.

Mesmo que sustentem que esse mecanismo de defesa era pouco eficiente, já que os produtores prevendo um aumento do consumo no início do mês, quando os trabalhadores recebiam os salários, faziam os reajustes de preços no final do mês (BACHA, 1995), o ganho desses agentes com a estabilização foi relativamente pequeno.⁴ O proveito maior veio da dispersão dos preços dos produtos *non-tradeables e tradeables*.

Processo semelhante ocorreu em países que passaram por planos de estabilização, baseados em abertura comercial e ancoragem cambial. Segundo Cardoso (1999), no período logo após a estabilização os produtos industrializados estabilizam-se num patamar estabelecido pelos produtos externos, enquanto que os preços dos serviços sem base de referência demoram mais um pouco até se estabilizarem. Houve uma distorção relativa entre os preços praticados na economia, o que permitiu uma transferência de renda do setor industrializado para o setor de serviços.

Já a partir da década de noventa, com o governo Collor, o país passou a abrir o seu mercado a produtos externos visando dotar os produtos nacionais de maior eficiência e competitividade. No ano de 94, como vimos anteriormente, esse processo intensificou-se e juntamente com o câmbio sobrevalorizado foi o grande responsável pela não reaceleração inflacionária no período pós-estabilização. A concorrência dos produtos externos estancou o crescimento dos preços dos produtos exportáveis e deu vazão à parte do aumento do consumo no período. No passado grande parte dos planos de estabilização fracassaram ao não levarem em conta o aumento do consumo causado pela remonetização da economia. Os preços internos tendiam a subir,

⁴ Néri estima que houve um ganho de 10% por parte dos trabalhadores com o fim da inflação.

pressionados pelo aumento da demanda, após um pequeno intervalo de estabilização. No plano Real a oferta externa supriu parte desse aumento da demanda, não permitindo que os preços dos produtos que concorriam com os produtos importados subissem. Enquanto os preços dos produtos exportáveis rapidamente se ajustaram ao nível de seus similares estrangeiros, os preços dos serviços, não possuindo concorrência, demoraram um pouco mais até se estabilizarem.

Observando a tabela 13, que relaciona vários índices de inflação, de diferentes composições, segundo seus valores acumulados nos últimos 12 meses terminados nos meses da coluna da esquerda, podemos perceber trajetórias um pouco distintas entre os mesmos a partir de 95. Os índices em que há um peso maior de produtos industrializados (IPA) declinam com maior velocidade a partir de 95, enquanto que os demais índices que refletem preços ao consumidor têm uma estabilização mais suave. Porém já a partir de 97 os índices passam a convergir e em 98 o processo de dispersão entre os preços relativos já dava sinais de esgotamento.

TABELA 13

Inflação acumulada em 12 meses

Diversos índices – média e desvio padrão – 1995/99 (em %)

PERÍODO	INPC (IBGE)	IPC-SP (FIPE)	IPC-DI (IGP-FGV)	INCC (FGV)	IPA AGR (FGV)	IPA IND (FGV)	MÉDIA ARITIMÉTICA	DESVIO- PADRÃO
1995								
JUNHO	33,39	32,31	40,77	37,03	32,22	14,05	31,63	9,23
SETEMBRO	25,52	27,56	30,21	34,83	0,39	14,07	22,10	12,69
DEZEMBRO	21,98	23,17	25,91	31,48	-5,61	13,06	18,33	13,18
1996								
MARÇO	20,05	21,24	23,75	23,62	-3,80	9,83	15,78	10,88
JUNHO	16,30	17,84	18,40	12,04	8,08	5,89	13,09	5,28
SETEMBRO	12,98	13,11	14,24	10,68	14,29	3,34	11,44	4,18
DEZEMBRO	9,12	10,03	11,34	9,56	17,31	3,90	10,21	4,32
1997								
MARÇO	8,56	8,96	9,64	8,39	22,05	4,70	10,38	5,97
JUNHO	5,92	7,08	6,98	6,56	15,95	4,56	7,84	4,08
SETEMBRO	4,38	4,59	6,68	7,35	12,69	4,39	6,68	3,21
DEZEMBRO	4,34	4,83	7,23	6,81	17,71	4,02	7,49	5,18
1998								
MARÇO	4,28	3,17	5,88	6,54	8,89	2,70	5,24	2,33
JUNHO	4,55	1,87	4,11	5,14	7,40	2,04	4,18	2,07
SETEMBRO	3,16	0,05	2,98	3,69	6,60	0,43	2,82	2,39
DEZEMBRO	2,49	-1,79	1,66	2,76	4,92	-0,26	1,63	2,37
1999								
MARÇO	3,86	0,81	2,95	3,57	16,93	10,54	6,44	6,09

ABRIL	3,88	0,66	3,26	4,63	13,86	11,85	6,36	5,25
JUNHO	3,10	-0,50	3,44	4,52	11,49	13,31	5,89	5,35

Fonte: Cardoso (1999)

A dispersão de preços relativos, que proporcionou a melhora na distribuição de renda no período, já tinha a partir do ano de 98 praticamente acabado. Como vimos anteriormente, a partir de 97 a tendência de reversão da concentração de renda já não apresentava a mesma intensidade, e até mesmo assumindo uma trajetória de aumento das desigualdades novamente. O que, segundo Cardoso, já era de se esperar, devido a experiências de estabilização anteriores de outros países com planos semelhantes ao brasileiro: dispersão de preços num primeiro momento, para logo em seguida haver uma convergência.

Mas como essa dispersão de preços entre os produtos tradeables e non-tradeables possibilitou uma melhora no perfil distributivo nacional no período de 94 a 97? Para responder a essa pergunta temos que observar atentamente o setor de serviços e as características do seu crescimento na década passada.

Ao longo das últimas décadas o Brasil passou a contar com uma participação crescente do setor de serviços na economia. O setor terciário corresponde hoje a quase 2/3 dos empregos urbanos e representa mais da metade do PIB do país. (MELO, 1998)

Nesse processo o Brasil se assemelha bastante aos países industrializados, que contam com uma participação cada vez mais significativa do setor de serviços na economia. O que diferencia o país em relação aos países desenvolvidos é a qualidade dos postos de trabalho gerados pelo setor. Enquanto nos países com alto grau de desenvolvimento, o setor de serviços, geralmente, está associado á empregos que requerem um certo nível de qualificação e proporcionam rendimentos relativamente mais elevados, no Brasil o setor está associado á um refúgio para trabalhadores com baixa qualificação ou desempregados.

Em nada a concepção do trabalhador do setor de serviços nacional lembra a de um profissional empreendedor e qualificado, excetuando-se uma pequena porcentagem de profissionais liberais que se situam no topo da distribuição dos rendimentos. No geral o crescimento do setor de

serviços nas últimas décadas possui uma forte correlação com a perda de dinamismo da economia e a informalidade das relações de trabalho, como consequência desta.

A partir da década de 80, setores dinâmicos da economia, como a indústria de transformação e construção civil, foram perdendo força (CACCIAMALLI, 1991). Esses setores foram os grandes absorvedores de mão-de-obra durante as décadas de 60 e 70. Na década seguinte, porém, a estagnação econômica levou a uma modificação da matriz da força de trabalho, com uma perda relativa de postos de trabalho no setor industrial em detrimento do setor de serviços. Durante a década de 70 o emprego industrial cresceu 7,3% enquanto que a taxa de emprego para o setor terciário foi de 6%, entretanto, já a partir da década de 80 houve uma forte desaceleração na criação de empregos no setor industrial, caindo para 3% a taxa de emprego, enquanto que o terciário, apesar de uma queda passou a ter o maior peso na criação de postos de trabalho. (CACCIAMALLI, 1991)

O mais significativo nesse processo de realocação da força de trabalho foi a perda de qualidade dos postos de trabalho gerados quando comparados às décadas anteriores. Enquanto nas décadas de 60 e 70 predominavam a criação de postos de trabalho assalariados com registros de carteira, nas décadas seguintes o crescimento de postos de trabalho concentrou-se em postos informais e por conta própria. (CACCIAMALLI, 1991)

Caracterizado dessa forma o setor de serviços nacional atua como um abrigo para ampla parcela da população com baixa qualificação, terminando por criar um quadro de subemprego e informalidade. Assim fica claro perceber porque a dispersão de preços relativos no período pós-estabilização, que favoreceu os preços do setor de serviços, permitiu uma melhora nos rendimentos das parcelas mais pobres da população no período.

TABELA 14

Número-índice do rendimento médio real por posição na ocupação – 1991/99, com 1995=100.

ANOS	C/CARTEIRA	TAXA DE VAR	S/CARTEIRA	TAXA DE VAR	CONTA	TAXA DE VAR	EMPREGADORES	TAXA DE VAR
		ANUAL (%)		ANUAL (%)	PRÓPRIA	ANUAL (%)		ANUAL (%)
1991	99,3		96,15		83,52		79,86	
1992	88,58	-10,80	77,09	-19,82	66,01	-20,97	61,09	-23,50
1993	97,59	10,17	83,64	8,50	74,16	12,35	72,14	18,09
1994	97,4	-0,19	87,55	4,67	83,26	12,27	93,27	29,29
1995	100	2,67	100	14,22	100	20,11	100	7,22
1996	106,35	6,35	105,35	5,35	105,88	5,88	100,28	0,28
1997	108,15	1,69	109,02	3,48	107,33	1,37	98,82	-1,46
1998	108,2	0,05	109,32	0,28	102,4	-4,59	101,64	2,85
1999	104,47	-3,45	110,97	1,51	96,54	-5,72	89,63	-11,82

Fonte: Cardoso (1999)

Podemos perceber, pela tabela acima com dados da **PME**, que houve um crescimento diferenciado dos rendimentos por ocupação. Houve uma melhora indistinta dos rendimentos a partir de 94, porém com uma clara vantagem dos trabalhadores sem carteira e por conta própria, que estão concentrados em sua maioria no setor de serviços. Houve um crescimento acentuado das remunerações, também, entre os empregadores e apenas um discreto aumento entre os trabalhadores com carteira.

O que podemos observar também é a perda de dinamismo do processo a partir de 97, quando todos os segmentos apresentam reduções ou aumentos muito pequenos nas rendas, reflexo da conversão dos preços relativos a partir deste mesmo ano.

Se por um lado a estabilização, involuntariamente, permitiu um ganho mais acentuado dos trabalhadores informais e por conta própria, geralmente os mais desqualificados e mais pobres, esse ganho não se sustentou ao longo da década. E a melhora no perfil não foi suficiente para retomarmos as mesmas condições do final dos anos 80.

5.2 O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO DE MAIO DE 1995

A partir de 1995 o salário mínimo passou a ter reajustes anuais realizados sempre a partir do mês de maio. Em 1995 ele passou de R\$70,00 para R\$100,00, o que equivale a um aumento de 43%, já a partir de 1996 os reajustes passaram a diminuir: 12% em 1996, 7% em 1997 e 8% em 1998.

Há uma clara distinção entre os reajustes do salário mínimo a partir de maio de 1995 e os reajustes no período pré-estabilização. Primeiro que qualquer impacto de aumento do salário mínimo em um contexto de aceleração inflacionária tende a servir de reposição à perdas da renda real. Ou seja, os reajustes acabam resultando, na melhor das hipóteses, em manutenção do poder de compra existente e não em aumento deste. O segundo ponto é que em um ambiente de constante elevação do nível preços, o mais fácil de acontecer é que as previsões em relação à aceleração inflacionária sejam sistematicamente subestimadas, o que termina resultando em perda do poder aquisitivo das classes mais baixas. Foi o que vimos durante a década de oitenta.

Porém, se é fácil perceber que o impacto do aumento do salário mínimo tenha um efeito amplificado em uma economia com preços estáveis, já não é tão simples apontar quais os efeitos sobre a distribuição de renda nacional. Foi e continua sendo tema de um debate muito extenso a relação entre salário mínimo e a distribuição de renda nacional.

A relação mais próxima entre os aumentos do salário mínimo e distribuição de renda no período envolve a variação do nível da pobreza. A pobreza no país guarda uma forte relação com a péssima distribuição de renda do país. O aumento acentuado da pobreza correspondeu, como vimos no quarto capítulo, ao período de maior concentração de renda da história do país, o final

dos anos 80. Ainda com relação aos anos 80, Salama (1999) afirma que se o Brasil tivesse distribuição de renda semelhante à Índia a pobreza seria praticamente eliminada.

Porém se é difícil precisar quais os efeitos de um aumento do salário mínimo sobre a distribuição de renda nacional, não é tão complicado mensurar o impacto do mesmo sobre a pobreza. Vale ressaltar que esse aumento do salário mínimo de 95 é mencionado pelos seus prováveis efeitos sobre a melhora da distribuição de renda, em face à redução da pobreza no período.

Barros (2000) em um estudo que cobriu o período acima (1995 a 1998), usando dados da **Pesquisa Mensal de Emprego⁵ (PME) do IBGE** afirma que um aumento de 10% do salário mínimo reduz a pobreza em 4%.

Se levarmos em conta que em 1995 houve um aumento considerável do salário mínimo (43%), que passou de R\$ 70,00 para R\$100,00, e se considerarmos como inversa a relação entre salário mínimo e nível de pobreza podemos apontar uma redução considerável da pobreza a partir de 95. E já a partir de 95 podemos observar na **Tabela 12** uma redução significativa da pobreza, que passou de 33,4% em 94 para 27,8% em 95, com uma decréscimo mais discreto em 96, 25,1%, voltando a subir a seguir. O que nos leva a acreditar que os aumentos consecutivos a 95 foram incapazes de manter o nível da pobreza a níveis decrescentes daí o nosso foco se concentrar no aumento de maio de 95

O aumento do salário mínimo em maio de 95 e a conseqüente diminuição do nível de pobreza no período nos leva a acreditar que os maiores beneficiados foram as parcelas mais pobres da distribuição de renda. Porém como funciona a relação entre o salário mínimo e o nível da pobreza não é tão aparente quanto parece. A princípio seria de se esperar que os únicos afetados por aumentos do salário mínimo fossem os trabalhadores do setor formal que ganhassem um mínimo, trabalhadores do setor público e pessoas que recebessem rendas da previdência que estão amarradas ao mínimo.

⁵ Apesar da PME cobrir apenas as seis principais regiões metropolitanas do país (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife) dá para termos uma idéia, senão da intensidade, da direção da variação do nível da pobreza.

Néri (1999) destaca que essa relação não é tão óbvia quanto parece. Além dos efeitos formais do aumento do salário mínimo sobre os trabalhadores do mercado formal e do setor público, há também os “efeitos informais” do salário mínimo. Que seriam: (NÉRI, 1998, p.6).

1. *A alta porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada que tem seus salários fixados de acordo com o valor do mínimo.*
2. *O efeito numerário, que consiste na observação de remunerações equivalentes a múltiplos inteiros do salário mínimo.*

O autor faz uma análise da efetividade do salário mínimo a partir da **PNAD, Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios do IBGE, de 1996**, quando o salário mínimo assumiu o valor de R\$ 112,00, um número “quebrado”. O autor minimizou, assim, os possíveis efeitos de arredondamento⁶ que aconteceriam se ele trabalhasse com um número inteiro, como aconteceu a partir de maio de 1995, quando o salário mínimo passou a ser R\$ 100,00.

TABELA 15

Proporção de salários idênticos ao mínimo ou múltiplos inteiros do mínimo Brasil – Setembro de 96

MÚLTIPLO	TODOS	SETOR PÚBLICO	COM CARTEIRA	SEM CARTEIRA
1	9	8	8	15
2	2	1	3	2
3	0	1	1	1
ABAIXO (*)	15	8	2	30
0,5 OU 1,5 (*)	1	0	2	2

Fonte: Néri (1998)

⁶ O autor mencionou que o ex-ministro Paulo Paiva comparou o problema gerado por esta metodologia quando o salário mínimo corresponde a R\$ 100,00 com os problemas enfrentados pelos demógrafos devido ao hábito dos entrevistados de pesquisas domiciliares de arredondar o valor de suas idades em torno de múltiplos de cinco anos.

De acordo com a tabela acima em setembro de 1996, 9% de todos os trabalhadores, aí incluídos empregadores e por conta própria, ganhavam um salário mínimo. Agora se olharmos no setor formal do mercado de trabalho, apenas 8% dos trabalhadores do setor recebiam um sm.

Porém se observarmos melhor há uma maior efetividade do sm em torno dos trabalhadores que têm suas rendas fixadas a partir do sm. Já que é comum os trabalhadores terem suas rendas fixadas em múltiplos do sm, servindo o sm como uma unidade de conta. Cabe lembrar que a constituição de 88 proíbe a indexação do sm, porém este efeito numerário representa um efeito informal, como vimos acima.

Podemos perceber que **14%** de todos o trabalhadores com carteira assinada, possuíam suas rendas fixadas em múltiplos do sm da época 1 sm (112,00), 2 sm (224), 3 sm (336,00), 0,5 sm (56,00) e 1,5 sm (168,00). Sendo assim o efeito numerário seria responsável por **6%** da determinação dos salários do setor formal.

No setor público apesar de a proporção de trabalhadores que recebem 1 s.m. ser igual aos trabalhadores com carteira assinada (**8%**), o efeito numerário não é uma prática tão usual e responde por apenas **2%** dos salários, em comparação ao setor formal **6%**.

A grande surpresa aparece ao analisarmos o setor informal, onde **20%** de todos os trabalhadores do setor ganhavam 1 sm ou um múltiplo do mesmo, um número significativamente maior do que os **14%** entre os empregados com carteira e **10 %** entre os trabalhadores do setor público. Essa diferença tende a ser maior se levarmos em conta apenas os trabalhadores que recebiam 1 sm, **15%** do setor informal contra **8%** do setor formal. Porém do outro lado o efeito numerário no setor formal é maior que no informal, **6%** contra **5%**, ou seja, a prática de utilizar o s.m. como uma referência para fixação de salários é maior no setor formal. O que poderia refletir a maior renda dos trabalhadores deste setor e em consequência uma maior importância de múltiplos do s.m. na determinação dos salários.

Fica claro então que os efeitos de um aumento do salário mínimo é muito mais amplo que aparenta ser, não ficando restrito apenas aos trabalhadores que tem a remuneração de 1 salário.

Porém se esses efeitos são visíveis na redução da pobreza, não se pode dizer o mesmo sobre o impacto no perfil distributivo nacional.

6 CONCLUSÃO

Esse trabalho procurou analisar como o perfil distributivo piorou desde a década de 60, quando passamos a dispor de informações mais precisas, e como a melhora da década de 90 representou um momento inédito na história recente do país.

Ficou claro ao longo do texto que mesmo tendo combinado períodos, tanto de crescimento econômico e baixa inflação, quanto estagnação econômica e hiperinflação, o país viu-se incapaz de reduzir a concentração de renda absurda no país. Apesar do espantoso crescimento econômico nos anos sessenta e setenta, o país não melhorou os seus índices de distribuição de renda e concentrou ainda mais a renda entre os mais ricos. Esse paradoxo foi alvo de um intenso debate, como vimos no terceiro capítulo, e pela primeira vez na história do país ficou claro que apenas crescimento econômico não seria suficiente para melhorar a distribuição de renda no país.

As explicações que tentaram explicar esse paradoxo apontavam para caminhos distintos. De um lado Langoni (1973) afirmava que o principal motivo da concentração residia em um desequilíbrio no mercado de trabalho, causado por uma demanda crescente de mão de obra qualificada. Enquanto as outras teorias indicavam as políticas do governo, em especial as políticas salariais referentes ao salário mínimo, como o grande responsável pela piora nos índices de desigualdade. Fundamentalmente, a responsabilidade do governo no processo era o que contrapunha as duas teorias. Enquanto uma o eximia de qualquer culpa, e até apontava uma melhora no bem estar da sociedade, a outra responsabilizava diretamente o governo pelo achatamento dos salários das classes mais pobres e a conseqüente piora no nível de vida.

A década de oitenta representou uma deterioração geral do bem-estar social e em particular para as camadas mais pobres da sociedade. Na década em que o país teve crescimento praticamente nulo e hiperinflação de mais de 1700% ao ano, houve um ingresso substancial de parte da população para abaixo da linha da pobreza. Ao mesmo tempo em que as classes mais baixas

eram duramente atingidas pela crise, as classes mais ricas, especialmente os 10% mais ricos, aumentavam sua participação na renda nacional. Apesar de ter sido um período marcado por hiperinflação e estagnação econômica fica difícil precisar qual dos dois teve maior parcela de responsabilidade na deterioração dos índices de desigualdade na década. Porém, o período em que houve uma piora mais acentuada, o final da década, nos leva a crer que a hiperinflação teve um caráter mais perverso entre as classes mais pobres.

O começo dos anos 90 assemelhava-se bastante com a década de 80. Instabilidade política e de preços apontavam para uma nova década perdida e o aumento da concentração de renda. Porém o ano de 94 marcaria um ponto de inflexão no processo de aumento das desigualdades iniciado nos anos 60. O país apresentou uma trajetória regular de melhora no perfil distributivo a partir desse ano, porém não tão consistente como o final da década deixaria claro com a perda de dinamismo a partir de 98.

As duas teorias que foram levantadas para explicar a melhora na distribuição de renda no período recorriam a argumentos distintos para esclarecer a efemeridade do processo. A primeira, que relacionava a melhora no perfil distributivo à dispersão dos preços relativos na economia ocasionada pela estabilização explicava que os diferenciais de rendimento tendiam a não mais se reduzirem a partir do momento que os preços convergissem a um patamar equivalente. O que começa acontecer a partir de 97 e já a partir de 98 os preços se encontravam a níveis semelhantes sem apontar grandes distorções. Podemos concluir que além da melhora ter sido breve, era também esperada e como vimos anteriormente, preços estáveis por si só não são garantia de redução de desigualdades.

A outra explicação aponta o aumento do salário mínimo de 95 como o grande responsável pela melhora no bem-estar das classes mais pobres e a conseqüente redução na concentração de renda no país. Houve uma redução significativa da pobreza, tanto em números absolutos quanto em números relativos, no país. Porém se o aumento de 95 possibilitou que uma parcela grande da sociedade deixasse a linha da pobreza, os aumentos dos anos subseqüentes foram insuficientes para permitir a continuidade desse processo. E como na teoria acima, o processo começa a

perder dinamismo a partir de 97, estabilizando a pobreza em 98 e apontando uma tendência de subida.

A década de 90 apesar de ter mostrado uma leve inclinação de reversão da concentração de renda, não conseguiu estabelecer uma tendência consistente de melhora do perfil distributivo no país. O estudo do aumento das desigualdades ao longo dos anos mostra que estabilização e crescimento econômico foram incapazes de reduzir de maneira duradoura e eficiente a concentração de renda no país. A péssima distribuição de renda no país tem que ser encarada pelos próximos governantes como um problema sério no país e atuar de maneira mais ativa nessa questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, E. *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BACHA, E. *Plano Real: uma avaliação Preliminar*. Rio de Janeiro: BNDES, 1995.

BARROS, R.P., HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 800).

- BARROS, R.P. ; MENDONÇA, R.S.P. *Os determinantes da desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. (Texto para discussão, 377)
- BARROS, R.P, FOGUEL, M.N., CORSEUIL, C.H.; LEITE, P.G. *Uma avaliação dos impactos do salário mínimo sobre o nível de pobreza metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 739).
- BONELLI, R; SEDLACEK, G.L. A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988. In: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F.(Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CACCIAMALI, M.C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F.(Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, J.C. Novas evidências acerca da questão distributiva pós-plano Real. *Leituras em Economia Política*, Campinas, n. 7, 1999.
- CAMARGO, J.M.; RAMOS, C.A. *A revolução indesejada: Conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FONSECA, M.G. *Radiografia da distribuição pessoal de renda no Brasil: Uma desagregação dos índices de Gini*. São Paulo. Estudos Econômicos. 1981.
- HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- IPEA. *Renda-Desigualdade-Coeficiente de Gini – 1977/99*. Extraído de: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso: 28/10/2002.
- LANGONI, C.G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil..* Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1973.
- LOPES, J.C.; ROSSETTI, J.P. *Economia Monetária*. São Paulo: Atlas, 1998.
- MELO, H.P. *O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA , 1998. (Texto para discussão, 549).
- NERI, M.; GONZAGA, G.; CAMARGO, J.M. – *Efeitos informais do salário mínimo e pobreza*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6, 1999. *Anais...* São Paulo: Abert, 1999.
- NERI, M.; CAMARGO, J.M. – *Efeitos distributivos das reformas estruturais no Brasil*. In: BAUMAN, R. *Brasil uma década em transição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

NERI, M.; CONSIDERA, C.; PINTO, A. *A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

OLIVEIRA, G. *Brasil Real: desafios da pós-estabilização na virada do milênio*. São Paulo: Mandarim, 1996.

RAMOS, L.R.A.; REIS, J.G.A. – Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J.M.; GIAMBIAGI, F.(Orgs) , *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROCHA, S. *Pobreza e desigualdade no Brasil: O esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão, 721)

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SKIDMORE, T. – *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

VELLOSO, R.W.R. Análise e perspectivas das contas bancárias. In: VELLOSO, R.W.R.(Orgs), *Combate à inflação e reforma fiscal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992

